

# GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 6 de julho de 1988

## Constituinte: 2º turno decisivo para o futuro do País

O relator da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregou, ontem, ao presidente interino da Constituinte, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), o texto básico que irá balizar as votações do segundo turno no plenário da Constituinte, marcadas para o próximo dia 21, para a elaboração final da nova Constituição brasileira.

Como já ressaltamos em editoriais anteriores, são visíveis as dificuldades em se mudar de forma significativa o que já foi aprovado durante o primeiro turno, o que exigirá habilidosas negociações políticas. O próprio PMDB, partido majoritário, mesmo com as defecções ocorridas recentemente, reconhece isso. É inegável, no entanto — e não podemos ignorar os fatos —, que alguns graves equívocos cometidos ao longo das votações encerradas na quinta-feira da semana passada, se mantidos, podem ter reflexos devastadores sobre a economia como um todo.

Do que foi decidido até agora pelos constituintes, três emendas, em particular, poderão vicejar

como ervas daninhas dentro da economia desde que permaneçam no segundo turno: a que anistia da correção monetária as dívidas contraídas por micro e pequenos empresários, entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987, e por míni, pequenos e médios produtores rurais no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro de 1987; a que reajusta os salários dos aposentados; e a que anistia, por até três meses após a promulgação da nova Constituição, os débitos para com as Fazendas Federal, Estaduais e Municipais. As três emendas, sem exceção, podem gerar fortes pressões inflacionárias, aumentar o déficit público — tornando inviável a meta de conter o déficit em 4% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano — e levar o governo a elevar a carga tributária para as pessoas físicas e jurídicas.

No primeiro caso — o que anistia da correção monetária parcela de empresários urbanos e rurais que tomaram dinheiro durante o Plano Cruzado —, o rombo previsto pelo Ministério da Fazenda, a preços de junho último, chega a CZ\$ 377 bilhões, distribuídos

entre o Tesouro Nacional (CZ\$ 194 bilhões), bancos estaduais (CZ\$ 128 bilhões) e instituições privadas (CZ\$ 55 bilhões).

Quanto ao reajuste nos vencimentos dos aposentados, não se contesta a justiça da medida. O que colocamos é que os constituintes, ao aprovarem a medida, tenham em mente o seu impacto sobre a Previdência. Segundo cálculos ainda preliminares, o aumento dos dispêndios da Previdência estaria na casa dos 70%.

A anistia fiscal, por sua vez, aprovada no apagar das luzes da última sessão da Assembléia Nacional Constituinte, pode chegar a mais de CZ\$ 500 bilhões. Desse total, a União poderia deixar de receber algo próximo a CZ\$ 150 bilhões, em razão do perdão dos juros, multas e encargos incluídos na emenda aprovada.

Apesar dessas decisões tomadas pelos constituintes, as autoridades vêm-se desdobrando para evitar aumentos significativos na ponta da emissão, fato que, como já salientamos, comprometeria a meta do déficit público de fechar em 4% do PIB.

Mas não são apenas as deci-

sões tomadas no primeiro turno que tendem a pressionar o déficit público. O resultado das empresas estatais, no ano passado, conforme esse jornal noticiou na edição do último dia 21 de junho, apresentou significativa deterioração. Para cada cruzado faturado em 1987, por exemplo, as estatais — universo de 214 empresas analisadas, preliminarmente, para a edição de Balanço Anual — perderam CZ\$ 1,13; para cada cruzado de patrimônio líquido, elas deviam quase CZ\$ 2,00. As dívidas financeiras em dezembro de 1987 somaram CZ\$ 3.763 bilhões e os prejuízos bateram na casa dos CZ\$ 1.972 bilhões.

Devido a esse quadro extremamente preocupante — inflação em patamares elevados, pressões sobre o déficit público e perspectiva de maior taxaço sobre os assalariados e as empresas — é que esperamos maior lucidez dos constituintes na votação do segundo turno. Apesar dos obstáculos para se mudar o que já foi aprovado, continuamos confiando no bom senso de nossos parlamentares, que certamente não desejam que o País se torne ingovernável.